



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÍ
CASA ARLINDO BATISTA DA COSTA**

Rua Manoel Galdino de Souto s/n – Centro – Cubati-PB.
CNPJ N.º. 35 492 420 / 0001-17

LEI MUNICIPAL N.º. 022, DE 05 DE ABRIL DE 1990.

Estabelece a **LEI ORGÂNICA** deste Município e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATI, aprova e o presidente desta Casa promulga a LEI ORGÂNICA que é a seguinte:

ART. 1º - O Município de Cubati criado pela Lei N.º 2.076 de 30 de Abril de 1959, é dotado de autonomia político-administrativa, financeira, legislativa, nos termos das Constituições Federais e do Estado da Paraíba e desta LEI ORGÂNICA, visando, nos limites de seu território, construir uma sociedade democrática, solidária e humanística.

Parágrafo Único. – Todo o Poder do Município emana do povo, que o exerce através de representantes eleitos ou de forma direta do povo, conforme assegura a Carta Magna do País e a Constituição deste Estado.

ART. 2º - São poderes Constituídos do Município, independentes e harmônicos entre si o Legislativo e o Executivo.

ART. 3º - Constituem metas fundamentais dos poderes constituídos deste Município, como parte integrante da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

I – Promover o bem-estar da comunidade sob sua responsabilidade direta, fora de quaisquer preconceitos ou discriminações;

II – Melhorar as condições de vida do povo com seus recursos e com cooperação dos governos do Estado e da União.

ART. 4º - O Município de Cubati, faz parte da divisão administrativa do Estado da Paraíba.

**CAPÍTULO II
DA DIVISÃO POLÍTICO- ADMINISTRATIVA**

ART. 5º - A cidade de Cubati é a sede do Município.

ART. 6º - O Município é dividido em distritos, tendo por objetivos a descentralização do poder e desconcentração dos serviços públicos.

Parágrafo Único. – A criação, a organização administrativa e supressão de distritos, serão objetivos de Lei Municipal, respeitada a legislação

estadual, dependerá de consulta prévia mediante plebiscito, às populações diretamente afetadas.

C A P Í T U L O I I I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

ART. 7º - A política administrativa do Município, visa:

I – Oferece a toda comunidade sob sua responsabilidade:

- a)** – vida condigna;
- b)** – bem-estar e justiça social.

II – Estabelecer incentivo e promover o trabalho:

III – Cooperar com a união e o Estado e associar-se outros Municípios, na realização de metas de interesse coletivo intermunicipais:

IV – Realizar, de maneira integrada, o progresso sócio-econômico:

V – Procurar reabilitar, por meio de programa e planos de trabalho, os marginalizados da sociedade.

C A P Í T U L O I V

DAS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I

DAS COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS

ART. 8º - Compete ao Município:

I – Legislar sobre assunto de interesse coletivo e local, especialmente sobre:

a) - planejamento político-administrativo, compreendendo:

- 1** – plano unificado de legislação municipal;
- 2** – plano plurianual;
- 3** – lei orçamentária anual;

b) – instituição e arrecadação de tributos de sua específica competência e aplicação de suas rendas em geral:

c) – organização e prestação diretamente ou, sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse da comunidade, incluindo transporte coletivo, isso através de lei ordinária, a qual deverá estabelecer regulamento adequado;

d) – poder de polícia administrativa, notadamente em matéria de saúde e higiene públicas, construção, trânsito tráfego, logradouros públicos e horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação;

e) – regime único jurídico de seus servidores;

f) – organização e seu governo e administração;

g) – administração, utilização e alienação de seus bens ou patrimônios;

h) – fiscalização da administração pública, sobre formas de controle externo, interno e controle comunitário;

i) – proteção aos locais de culto e às suas liturgias;

j) – locais abertos ao público para reuniões, tanto a sol como em recinto fechado;

l) – instituição da guarda municipal destinada unicamente à proteção dos bens, serviços e instalações pertencentes à municipalidade;

m) – prestação pelos órgãos da administração pública municipal de informações de interesse comunitário ou pessoal solicitadas por qualquer entidade ou cidadão;

n) – direito de peticionar aos poderes públicos Municipais e obtenção de certidões em repartições desses poderes;

o) – participação dos segmentos sociais nos colegiados instituídos pela municipalidade, notadamente, em que seus interesses sociais sejam objetos de discussão e deliberação;

p) – estabelecimento da soberania do povo, através de plebiscito, referendo e iniciativa popular;

q) – remuneração dos servidores públicos municipais;

r) – gerência dos negócios municipais, notadamente sobre:

1 – cargos, empregos e funções públicas administração pública direta, indireta ou fundacional;

2- Criação de Empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação;

3 - Publicidade dos atos, programas, obras serviços e campanhas dos órgãos públicos, com caráter educativo, informativo ou educação social;

4 - Reclamação relacionada com o serviço público;

5 - Prazos de prescrição para os atos ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário;

6 - Servidores públicos municipais.

s) – processo legislativo municipal;

t) – incentivo ao cooperativismo e outras formas de associativismo;

u)-tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte, localizado na área territorial do município;

v)- questão da família, especialmente e respeito de:

1. livre exercício do planejamento familiar;

2. orientação técnico-científico às famílias de um modo em geral, notadamente, às de baixa renda;

3. assegurar os direitos fundamentais da criança, do adolescente e do idoso;

4. normas de construção dos logradouros públicos, dos edifícios, etc., e de uso de veículos de transporte coletivo, para assegurar acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

x) – política de desenvolvimento municipal, de acordo com o estabelecimento no artigo 7.º desta LEI ORGANICA.

II. – incrementar, com a cooperação técnica e financeira da união e do estado, programa de educação pré-escolar e de ensino fundamental, orientando no sentido polivalente do conhecimento teórico e prático;

III. - prestar, com a colaboração técnica e financeira da união e do estado da Paraíba, serviços de atendimento à saúde da população municipal;

IV. – estabelecer a proteção ao patrimônio histórico cultural na área compreendida pela municipalidade, acatada a legislação e atividade fiscalizadora federal e estadual;

V.- incentivar atividades culturais, desportivas e de lazer;

VI. - promover os seguintes serviços:

a)- mercado municipal, feiras livres e matadouros.

b)- construção e conservações de estradas municipais;

c)- iluminação pública;

VII- executar obras públicas.

- VIII- conceder licença para:
- a)- localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços;
 - b)- publicidade em geral;
 - c)- atividade de comércio eventual ou ambulante;
 - d)- realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos;
 - e)- serviços de táxis.
- IX)- cassar licença que tenha concedido e estabelecimento que, em sua atividade prática, traga prejuízo à saúde, a higiene, ao sossego ou à segurança pública.
- X)- adquirir bens, inclusive por desapropriação;
- XI)- fomentar atividades econômicas, dando prioridade aos pequenos e médios empreendimentos, com especial atenção, para a produção artesanal;
- XII)- participar de iniciativas que reforcem a plenitude de sua autonomia constitucionalmente assegurada ou garantida.

SEÇÃO II DAS COMPETÊNCIAS COMUNS

Art. 9º - é competência deste município, em parceria com a união e o estado da Paraíba:

I - salvaguardar a Constituição, as leis as instituições democráticas com a união e o estado da Paraíba;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e promoção das pessoas deficientes físicas e mentais;

III - cuidar científica e tecnicamente dos documentos obras de valor artístico e científico e de outros bens da importância histórica, dos monumentos, das paisagens naturais e outros lugares em área arqueológica;

IV - impedir a transferência, destruição e descaracterização de obras artísticas, bem como valores outros de significação artístico-cultural;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna, flora e os depósitos d`água parada e corrente;

VIII – fomentar a produção agropecuária, hortigranjeira, fruticultura e organizar o abastecimento alimentar;

IX – estabelecer programas de construção de moradias de tipo popular, através do sistema de “mutirão”, visando à melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – registrar, fiscalizar e acompanhar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos, e minerais no território deste município;

XI – adotar política de educação, objetivando alcançando maior segurança no trânsito;

XII – projetar e pôr em prática:

a) – serviços de promoção e assistência sociais, com a participação da comunidade;

b) – atividades de defesa civil.

XIII – atacar as causas da pobreza e os elementos formadores da marginalização, promovendo a integração social pelo trabalho dos seguimentos sociais desfavorecidos.

Parágrafo único – os objetivos delineados nos incisos constantes neste artigo serão prioridades efetivas e ativas no processo de planejamento municipal.

SEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS SUPLEMENTARES

ART. 10º - compete, ainda, ao Município complementar a legislação federal e estadual, objetivando ao exercício de autonomia e à concussão do interesse local, especialmente sobre:

I – realização do ordenamento territorial, através de planejamento e controle de uso, da divisão e ocupação do solo, a par de outras limitações Horgan especas gerais, respeitadas as diretrizes do plano diretor;

II – plano municipal de educação;

III – licitar e fazer contratação, em todas as formas legais, para a administração pública direta, indireta ou fundacional;

IV – defesa e conservação do meio ambiente, bem como do solo;

V – impedir todas e quaisquer formas de ação poluidora do meio ambiente;

VI – uso e estocamento de agrotóxico;

VII – defender o consumidor da especulação;

VIII – proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

IX – seguridade social.

SEÇÃO IV DAS PROIBIÇÕES

ART. 11º - É vedado ao Município:

I – implantar cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes seus atos normais ou manter com eles ou seus representantes relacionamentos de dependência ou acordo expresso ou tácito, ressalvadas, na forma da lei municipal, a colaboração de interesse público;

II – negar fé aos documentos públicos;

III – estabelecer privilégios entre nacionais ou preferenciais entre si;

IV – dar nome de pessoa viva a próprios logradouros públicos municipais, assim como modificar-lhes a denominação sem consulta prévia à comunidade interessada, na forma expressa em lei.

V – cobrar ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;

VI – adotar tratamento desigual entre contribuintes que tenham situação igual perante o erário municipal;

VII – cobrar tributos;

a) – em fatos geradores ocorridos em período que aconteceu o início da vigência da lei que os houver instituídos ou aumentado sua alíquota;

b) – no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou acrescentou sua alíquota.

VIII – usar o tributo com efeito confiscatório;

IX – instituir imposto sobre:

a) – patrimônio, renda ou serviço federal ou estadual;

b) – templos de qualquer culto;

c) – patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive fundações, das entidades sindicais, das instituições de educação, pesquisas em geral, de assistência social sem fins lucrativos, atendendo os requisitos da lei;

d) – livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

X – contratar com pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social e prestar-lhe benefícios ou incentivos fiscais.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

**CAPITULO I
DO PODER LEGISLATIVO**

**SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12º - o poder legislativo é exercido pela câmara municipal;
Parágrafo único. -cada legislativo terá a duração de um quadriênio.

ART. 13º - a Câmara Municipal é composta de vereadores eleitos, pelo sistema proporcional, mediante pleito direto realizado simultaneamente em todo o país.

§ 1º - O número de vereadores desta Câmara Municipal será fixado em lei estadual, para cada legislatura, de acordo com a população existente, apurada pelo órgão federal competente, até o último dia do ano anterior à eleição a se realizar.

§ 2º - A alteração do número de vereador, atendido o disposto neste artigo, fazer-se-à através de resolução, editada até seis meses antes da realização do pleito municipal, com base em dados populacionais fornecidos pelo órgão competente.

ART. 14º - As deliberações da câmara e de suas comissões, salvo disposição em contrário prevista nesta Lei Orgânica, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta, de seus membros.

**SEÇÃO II
DAS
ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

ART. 15º - Cabe à Câmara, com sanção do prefeito dispor sobre matérias de interesse local, especialmente as definidas nos artigos 7º, 8º e 9º desta Lei Orgânica.

ART. 16º - É competência exclusiva da Câmara Municipal:

I – elaborar seu regimento interno

II – dispor sobre:

a) – sua organização, funcionamento e policia;

b) – criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observando os limites estabelecidos em lei... de diretrizes do orçamento.

III – mudar temporariamente sua sede;

IV – criar comissões parlamentares de inquéritos sobre fato específico, na forma do regimento interno.

V – aprovar crédito suplementar ao seu orçamento, utilizando suas próprias dotações;

VI – convocar, diretamente ou por suas comissões, Secretários e Assessores municipais e Diretores de órgãos da administração indireta, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

VII – suspender a vigência de Lei ou ato municipal declarados inconstitucionais pelo SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA;

III – conceder licença ao prefeito e aos vereadores para afastarem-se dos cargos, nos termos desta LEI ORGÂNICA;

IX – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

X – sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XI – autorizar convênios, acordos, consórcios e contratos que acarretem encargos ou compromissos gravosos à arrecadação e ao patrimônio Municipal;

XII – fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores e sua forma de reajuste, em cada legislatura, até três meses antes da realização da eleição Municipal, para a subsequente;

XIII – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XIV – julgar anualmente as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XV – processar e julgar os Vereadores, observados o que dispõem os artigos 18º e 19º desta Lei Orgânica;

XVI – deliberar sobre perda de mandato de Vereador, nos termos do inciso anterior;

XVII – elaborar a proposta orçamentária da Câmara Municipal, obedecendo aos limites das leis que regem a matéria;

XVIII – fixar e alterar o número de Vereador, obedecendo à legislação estadual que disciplina a matéria;

XIX – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato municipal frente à Constituição Estadual;

XX – propor, juntamente com outras Câmaras Municipais, emendas à Constituição do estado;

XXI – fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas comissões, os atos do poder Executivo, inclusive os da administração indireta;

XXII – solicitar informações e requisitar documentos ao Executivo;

XXIII – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do poder Executivo;

XXIV – deliberar sobre matérias, outras de sentido político ou administrativo e de sua competência privativa ou específica.

SEÇÃO III DOS VEREADORES

ART. 17º - Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e nos limites do município;

ART. 18º - Os vereadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) – firmar convênios ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista ou concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) – aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior.

II – desde a posse:

a) – ser proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozam de favor decorrente de contrato com o Município ou nela exercer função remunerada;

b) – patrocinar causas que sejam interessadas a qualquer das entidades citadas na alínea “a” do inciso anterior.

c) – serem titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

ART. 19º - perderá o mandato o vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

V - quando decretar a justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII- que não residir no município;

VIII- que deixar de tomar posse, no prazo de dez dias da data nesta Lei Orgânica.

&1º - É incompatível com o decoro parlamentar além dos definidos no Regimento Interno, também, o abuso das prerrogativas asseguradas ao vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

& 2º - Nos casos previstos nos incisos constantes deste artigo, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art.20º - Extingui-se o mandato:

- I – por falecimento do titular;
- II- por renúncia formalizada.

Parágrafo Único – o Presidente da Câmara, nos casos definidos no presente artigo, declarará a extinção do mandato.

Art.21º - Não perderá o mandato o vereador:

I – Investido no cargo de Secretário ou qualquer outro cargo de igual equivalência;

II – licenciado pela Câmara por motivo de saúde comprovado, com remuneração, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 dias por sessão legislativa.

§ 1º - Na hipótese do inciso I deste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato ou do cargo em que for investido.

§ 2º - Licenciado por motivos de doença, o Vereador fará jus à sua remuneração, como se em exercício do mandato estivesse.

§ 3º - Em qualquer caso, o período de licença não poderá ser inferior a trinta dias.

ART. 22º - O suplente será convocado sempre que ocorrer uma das hipóteses estabelecidas no inciso do caput do artigo anterior e nos artigos **20º** desta Lei Orgânica.

Parágrafo único – Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição, convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato ou legislatura.

SEÇÃO V DAS REUNIÕES

ART. 23º - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, de 1º de março a 30 de maio e de 1º de agosto a 30 de novembro.

§ 1º - A sessão legislativa não será interrompida antes de aprovação do projeto de orçamento e plurianual de investimentos.

§ 2º - A Câmara Municipal reunir-se-á, também para:

I – inaugurar a sessão legislativa;

II – dar posse aos Vereadores, ao Prefeito e Vice-Prefeito;

III – eleição da mesa, para mandato de dois anos, proibida a reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara far-se-á, em caso de urgência ou de interesse público relevante na forma do Regimento Interno:

I – pelo Presidente da Câmara;

II – pela maioria dos Vereadores que a compõe;

III – pelo Prefeito Municipal, nos períodos de recesso legislativo.

§ 4º - Convocada extraordinariamente, a Câmara só deliberará sobre matéria constante da convocação.

SEÇÃO DAS COMISSÕES

ART. 24º - A câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, formadas de acordo com o Regimento Interno e com prerrogativas nele contidas ou função do objeto de sua criação.

§ 1º - Quando da eleição da mesa e de cada comissão, sempre que possível, é assegurada a representação proporcional dos partidos ou de blocos parlamentares que atuem na Câmara.

§ 2º - A comissão, decorrências de suas atribuições, cabe:

I – discutir e votar proposições que dispensar, de acordo com o Regimento Interno da Câmara, e competência do plenário salvo, quando houver recurso de, no mínimo 1/3 dos Vereadores que formam o corpo legislativo da casa.

II – realizar audiência pública com entidades da sociedade civil, conforme estabelece esta Lei Orgânica;

III – convocar Secretários e Assessores municipais e Diretores de

Órgãos administração indireta, para prestarem contas, atos e fatos administrativos, bem como informações de interesses coletivos que estejam nas suas faixas de atribuições;

IV – receber petições, reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades e entidades públicas municipais;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – examinar programa e fiscalizar obras, bem como planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, terão poderes de investigação, para apurar fatos determinados e por prazo determinado e certo, na forma do Regimento Interno da Câmara, e, suas conclusões, se forem necessário, serão encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos responsáveis pelas infrações.

SEÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

ART. 25º - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emenda à Lei Orgânica;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – resoluções.

Parágrafo único – Lei Complementar tratará sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

SUBSEÇÃO III DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

ART. 26 – A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

- I – de um terço dos Vereadores;
- II – do prefeito Municipal;
- III – de cinco por cento do eleitorado do Município.

1º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada em nenhuma situação anormal ou extraordinária.

2º - A proposta será discutida e votada pela Câmara em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos Vereadores que a compõem.

3º - A emenda à LEI ORGÂNICA será promulgada pela Mesa da Câmara.

4º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser novamente encaminhada na mesma sessão legislativa.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 27º - A iniciativa das Leis complementares e ordinárias caberá a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos Cidadãos.

&1º - São da iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que dispõem ou tratem de:

- I – Criação, organização e alteração de Guarda Municipal;
- II – Criação de cargos ou emprego público municipal;
- III – Servidores públicos municipais, seu regime jurídico e provimento de cargos;
- IV – Criação, estrutura e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública;
- V – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e orçamento anual.

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de Lei de interesse coletivo municipal, através de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado, conforme estabelecem as constituições Federal e Estadual.

ART. 28º - O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação ou tramitação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Findo prazo acima citado, caso a Câmara não se manifeste sobre o assunto, em até 30 dias, sobre a proposição que lhe foi enviada pelo Executivo, ela será incluída na ordem do dia, invertendo-se a mesma em benefício de sua rápida tramitação legislativa.

§ 2º - o prazo de que o parágrafo anterior não corre nos períodos de recesso e nem se aplica aos projetos de códigos, Leis complementares e orçamento e plano plurianual do Município.

ART. 29º - A Câmara, concluída a votação, enviará, no prazo máximo de 5 dias úteis, o projeto de Lei aprovado ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará.

§ 1º - Na hipótese considerar o projeto no todo ou parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis, contados do recebimento, e comunicará, após 48 horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ - 2º- O veto parcial abrangerá texto integral de artigos, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ - 3º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o não pronunciamento do Prefeito implicará em sanção.

§ - 4º - A Câmara terá o prazo de 30 dias para apreciar o veto, contados da data de seu recebimento, a qual, só poderá rejeitá-lo por maioria absoluta dos Vereadores, em votação secreta.

§ -5º - Se o veto for mantido, será encaminhado para promulgação ao Prefeito Municipal.

§ - 6º - Esgotado o prazo sem deliberação, conforme prever o § 4º deste artigo, o mesmo será colocado na ordem do dia em sessão imediata, com prioridade absoluta na ordem de discussão e votação até a sua decisão final.

§ - 7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito Municipal, nos casos dos §§ 3º e 5º do presente artigo, o Presidente da Câmara promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

ART. 30º - A matéria objeto do projeto de Lei rejeitado só poderá constituir novo projeto, na mesma sessão legislativa, na hipótese de ser proposta pela maioria absoluta dos Vereadores.

ART. 31º - Os projetos de Lei serão discutidos e votados em dois turnos, com interstício de vinte e quatro horas, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, o quorum exigido.

ART. - 32º - São matérias de lei complementar as que decorrerem desta Lei Orgânica.

Parágrafo único. – As leis complementares serão aprovadas com quorum de maioria absoluta.

ART. 33º - Toda matéria de competência exclusiva da Câmara e ver se sobre sua economia interna, constitui objeto de resolução, nos termos de seu Regimento Interno.

SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

ART. 34º - A fiscalização ou controle contábil, financeiro e orçamentário das contas dos poderes do Município será exercido pela Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado e pelos munícipes, isso na forma em que estabelecerem as leis que regem a matéria.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será realizado com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Município prestará, obrigatoriamente, de todo exercício vencido, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos Vereadores que compõe a Câmara Municipal.

ART. 35° - As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer munícipe, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade e legalidade.

Parágrafo único. – As contas estarão à disposição dos munícipes, em igual período, em locais de fácil acesso ao público, na Câmara e na Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

ART. 36° - O poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com auxílio de seu secretariado.

ART. 37° - O Prefeito e Vice-Prefeito serão eleitos para um mandato de quatro anos, por pleito direto e simultâneo realizado em todo o País, no que couber, observado o que dispõe o art. 14° da Constituição Federal e as normas da legislação específica.

Parágrafo único. – A eleição do Prefeito importará na do Vice-Prefeito com ele registrado.

ART. 38° - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão solene da Câmara Municipal no dia 1° de janeiro do ano subsequente ao da eleição prestando individualmente o juramento que se segue: PROMETO, NO EXERCÍCIO DO MANDATO, LUTAR PARA ASSEGURAR A TODOS MUNÍCIPES OS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS, O DESENVOLVIMENTO, O BEM-ESTAR E A JUSTIÇA SOCIAL COMO VALORES MAIORES DE NOSSA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E HUMANÍSTICA, SEM PRIVILEGIOS E PRECONCEITOS, CUMPRINDO E FAZENDO CUMPRIR AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, COM RESPEITO ESPECIAL AOS DIREITOS HUMANOS.

Parágrafo único – Decorrido dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o mandato ou cargo, este será declarado vago.

ART. 39° - O Prefeito e Vice-Prefeito no ato da posse e ao término do mandato, farão declaração pública de bens.

ART. 40° - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhes-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

ART. 41° - Em caso de impedimento do Vice-Prefeito, suceder-lhe-á, no cargo de prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. – Ocorrendo o fato do Presidente da Câmara recusar-se a assumir o cargo de Prefeito, isso implicará em perda do cargo que exerce na Mesa Diretora do Legislativo do Município.

ART. 42° - Vagando os cargos de prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 dias depois de aberta a última vaga.

Parágrafo único. – Em qualquer hipótese de vaga, obedecer-se-á à Legislação que regula a matéria.

ART. 43° - Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo, emprego ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada posse em razão de concurso público, onde se observe o disposto no inciso II, IV e V do art. 38° da Constituição Federal.

ART. 44° - O Prefeito não poderá, sem licença aprovada pela Câmara, ausentar-se do Município por mais de quinze dias, se o fizer, incorre em perda do mandato.

§ 1° - O Prefeito poderá licenciar-se:

I – Por motivo de doença devidamente comprovada;

II – Para desempenhar oficial de interesse do Município;

III – Para tratar de interesse particular.

§ 2° - Nos casos previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior, o Prefeito fará jus aos seus subsídios:

§ 3° - O Prefeito licenciado fará a transmissão do cargo ao seu substituto legal;

§ 4° - O Prefeito é obrigado a residir no Município.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

ART.45° - Compete privativamente ao Prefeito:

I – além de comandar os atos da rotina administrativa:

a) – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

b) – dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, nos termos da lei;

c) – representar o Município em juízo;

d) – celebrar acordos, convênios, contratos, respeitadas as suas limitações constitucionais, bem como obedecer às leis que regulam a matéria;

e) – enviar mensagem e plano de governo à Câmara no prazo e forma desta Lei Orgânica;

f) – remeter à Câmara o plano plurianual, o projeto de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica;

g) – prestar, anualmente, à Câmara, quando da abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior, bem como plano de trabalho para vigência;

h) – colocar à disposição da Câmara o duodécimo a que faz jus;

i) – decretar, de acordo com a lei, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

(j) – publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

k) – decretar calamidade pública, quando os fatos comprovarem tal necessidade;

l) – convocar extraordinariamente a Câmara, em período de recesso legislativo;

m) – propor inconstitucionalidade de lei ou ato municipal frente à Constituição Estadual;

n) – executar atos e providências necessários à prática administrativa, observados os princípios da legalidade e publicidade.

SEÇÃO III

Art. – 46° - DAS INCOMPATIBILIDADES

ART. 47° - O Prefeito não poderá:

I – exercer cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundamental, nos âmbitos federal, estadual e municipal, ressalvada posse em virtude de concurso público e observado o dispositivo nos incisos II, IV e V do artigo 38 da constituição federal;

II – firmar ou manter contrato com o município, suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista ou com pessoas que realizam serviço municipal;

III- patrocinar causas contra o Município ou suas entidades descentralizadas;

IV – exercer outro mandato eletivo.

SEÇÃO IV DO JULGAMENTO DO PREFEITO

ART.48º - O Prefeito será julgado pelo PLENO do TRIBUNAL de JUSTIÇA do ESTADO da PARAIBA.

SEÇÃO V DOS SECRETÁRIOS E ASSESSORES

ART. 49º - Os Secretários e Assessores municipais ocuparão cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, na forma da lei.

Parágrafo único. – A lei da estrutura administrativa do Município, indicará as atribuições gerais e específicas dos Secretários e Assessores Municipais.

SEÇÃO VI DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

ART. 50º - A forma de o Prefeito estabelecer os atos administrativos será feita através de decreto e portaria obedecidos as limitações legais e a prática da vida político-administrativo.

Parágrafo único. - Os atos de competência do Prefeito não produzirão efeitos de sua publicidade.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DOS TRIBUTOS

ART. 51º - Cabe ao Município estabelecer a cobrança dos tributos municipais, nos termos tido nos artigos 163 e 164 da Constituição do Estado, com seus incisos e parágrafos, e 156 da Constituição Federal, inclusive incisos e parágrafos, instituídos através do CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

CAPÍTULO II DA RECEITA E DA DESPESA

ART.52º - A receita do Município constituir-se-a de:

I – arrecadação dos tributos municipais;

II – participação em tributos da união e do Estado, atendendo o que estabelece ou determina a Constituição Federal;

III – recursos advindos do Fundo de Participação dos Municípios;

IV – utilização de seus bens, serviços e atividades;

V – outros ingressos. Parágrafo único. – A fixação dos preços públicos oriundos da utilização de bens, serviços e atividades municipais, serão procedidas por decreto, com base em critérios estabelecidos em lei.

§ 1º - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que existam recursos disponíveis e crédito votado pela Câmara, salvo a que ocorrer através de crédito extraordinário;

§ 2º - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa, será executada sem que nela conste a origem dos recursos para atendê-la no que se refere ao seu encargo financeiro;

§ 3º - A despesa com pessoal ativo ou inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar Federal.

ART. 53º - As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais.

CAPÍTULO III DOS ORÇAMENTOS

ART.54º - Leis de iniciativa do poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

ART.55º - Os projetos de Lei relativos ao plano plurianual às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento Interno.

Parágrafo único. – Quando do encaminhamento de matérias de que trata o artigo anterior, obrigatoriamente, o Executivo terá que atender às exigências Constitucionais.

§ 1º - As emendas ao projeto de Lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual;

ART. 56º - Não poderão terminar projetos que não estejam incluídos na lei orçamentária anual, a realização de despesas ou assumi-las, quando excedem os créditos orçamentários ou adicionais.

§ 1º - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a nomeação dos recursos correspondentes;

§ 2º - A transferência de recursos de um órgão para o outro e de uma programação para outra, sem a prévia anuência da autorização legislativa;

§ 3º - A instituição de fundos de qualquer natureza, sem a prévia autorização legislativa;

§ 4º - Nenhum investimento que ultrapasse em sua execução um exercício financeiro poderá ser iniciado sem que tenha sua inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade;

§ 5º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como decorrentes de calamidade pública, mediante ato do Executivo, ad referendum do Legislativo Municipal.

TÍTULO IV DA ECONOMIA E SOCIAL

CAPÍTULO I DA ORDEM ECONÔMICA DOS PRINCÍPIOS

ART. 57° - A ordem econômica tem por objetivo assegurar a todos os cidadãos vida digna, com base nos seguintes pontos:

- I – valorizar o trabalho do homem.
- II – iniciativa democrática ou livre.

SEÇÃO II DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ART.58° - O Município realizará seu progresso econômico, com fundamentos nos preceitos do artigo anterior, com seus recursos e em cooperação com a União e o Estado.

ART. 59° - O Município, visando o desenvolvimento econômico e social justo, incentivará prioritariamente as iniciativas sobre:

- I – implantar uma política de criação de novos empregos;
- II – realizar pesquisas econômicas que visem aumentar a produtividade do trabalho e melhoria da qualidade dos produtos;
- III – apoiar as formas cooperativas de produção, consumo e venda assegurando o espaço econômico-social para plena expansão dos empreendimentos de pequenos e médios portes nas áreas agropecuária, industrial e comercial.
- IV – defesa permanente do meio ambiente e dos recursos naturais;
- V – aumento da produção e consumo dos municípios;
- VI – defesa da economia do povo;
- VII – acabar com entraves burocráticos, quando da legalização de empresas;
- VIII – ação coordenada com instituições federais e estaduais, com vistas à implantação, no território deste Município, desenvolver as seguintes políticas destinadas a estimular os setores produtivos:
 - a) assistência técnica;
 - b) crédito barato e fácil;
 - c) incentivos fiscais.
- IX – diminuir as desigualdades econômico-sociais.

ART. 60° - O Município dispensará às microempresas e as empresas de pequeno porte, assim caracterizadas em lei, tratamento governamental diferenciado, objetivando incentivá-las e promovê-las, assegurando-lhe viabilidade econômica.

ART. 61° - O município cooperará para a criação de grupos de produção na sua área territorial, objetivando a:

- I – usar e promover a mão de obra existente;
- II – aproveitar e incentivar o uso das matérias primas locais;
- III – promover a comercialização da produção local por intermédio de instituições vinculadas ao setor artesanal;
- IV – promover as condições existentes da população, notadamente das camadas mais carentes;
- V – implantar centros de formação e aperfeiçoamento de mão de obra local;
- VI – priorizar a atividade artesanal.

ART. 62° - O Município fará uma política de incentivo e promoção do turismo com vistas ao seu aproveitamento econômico e social.

ART. 63° - O plano Diretor do Município incluirá metas para a zona rural, objetivando:

- I – fixar o homem no campo e evitar o êxodo rural;
- II – implantar infra-estrutura, viabilizando o ponto anterior;

SEÇÃO III DA POLÍTICA URBANA

ART. – 64° - A política de desenvolvimento urbano, executada sob a responsabilidade do PODER PÚBLICO MUNICIPAL, de conformidade com a legislação federal, visa ordenar o pleno progresso das funções e atividades sociais da cidade e assegurar o bem-estar da comunidade citada, por meio de:

- I – gerir democraticamente a vida urbana;
- II – acesso à casa própria, com equipamentos indispensáveis a uma existência simples, descente, higiênica e moderna;
- III – reprimir, dentro da lei, a especulação imobiliária;
- IV – condicionar o direito de propriedade ao bem-estar comunitário;
- V – proteger o patrimônio ambiental e cultural;
- VI – aplicar uma política de solo urbano com fundamento no interesse coletivo e na legislação Federal;
- VII – procurar assegurar à comunidade municipal os serviços de:
 - a) transporte coletivo;
 - b) saneamento básico;
 - c) iluminação elétrica;
 - d) educação, saúde e lazer;
- VIII – urbanização e regularização de loteamentos urbanos;
- IX – preservação de áreas periféricas de produção agropecuária;
- X – implantação de parques, praças, jardins e área de interesse urbanístico, social, ambiental e de utilização pública;
- XI – utilização racional do território e de seus recursos naturais, através de controle do funcionamento das atividades industriais, agrícolas, comerciais, residenciais e viárias;
- XII – reserva de áreas urbanas destinadas a projetos de finalidade social;
- XIII – descentralização administrativa;

ART. 65° - O Poder Público Municipal, para garantir o princípio de prevalência dos direitos urbanos utilizará, na forma da lei, os seguintes instrumentos:

- I – desapropriação por interesse social ou utilidade pública;
- II – tombamento de imóveis;
- III – regime especial de proteção urbanística e de preservação da saúde ambiental.
- IV – direito de preferência na aquisição de imóveis.
- V – na área urbana, na hipótese de prática especulativa, adotar imposto progressivo.

§ 1° - O direito de propriedade urbana não confere o de construir, o qual deverá ser autorizado pelo Poder Público Municipal.

ART. 66° - O plano diretor, matéria de lei complementar, é o instrumento fundamental da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Parágrafo único. - O plano diretor será elaborado com a cooperação da comunidade, através de suas instituições associativas.

SEÇÃO IV

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

ART. –67° - O Município adotará programas de desenvolvimento do meio natural, de acordo com suas aptidões e recursos econômicos, com objetivos sociais e de proteção ao meio ambiente, isso em cooperação com os governos do Estado e da União, visando fomentar as culturas.

- I – agropecuária;
- II – hortigranjeira;
- III – fruticultureira.

ART. 68° - Não se beneficiará de programas de incentivos municipais o produtor rural que se exclua dos de manejo integrado de solos e água.

SEÇÃO II DA ORDEM SOCIAL

SEÇÃO I DISPOSIÇÃO GERAL

ART. –69° - A ordem social tem como fundamento o primado do trabalho e como meta o bem-estar e a justiça social.

SEÇÃO II DA SEGURIDADE SOCIAL

SUBSEÇÃO I DA SAÚDE

ART. – 70° A saúde é direito constitucional de todos e dever do Estado de um modo em geral, o qual deverá ser implantado garantindo mediante aplicação de políticas sociais e econômicas que visem à redução da incidência de riscos de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua efetiva promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. – O direito à saúde implica na garantia de:

- I – condições dignas de trabalho, moradia, alimentação, educação, transporte, lazer e saneamento básico;
- II – meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- III – dignidade, gratuidade e boa qualidade no atendimento e no tratamento da saúde;
- IV – participação da comunidade, através de suas entidades representativas.

ART. 71° - O atendimento as necessidades de saúde é de responsabilidade do Poder Público, todavia, poderão participar do mesmo, entidades de direito privo, todavia, poderão participar do mesmo, entidades de direito privado.

ART. 72° - As ações de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o sistema único de saúde, organizado com as seguintes diretrizes:

- I – descentralização dos recursos, serviços e ações, com direção única no Município;
- II – atendimento integrado com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais;
- III – valorização do profissional da área de saúde.

Parágrafo único. – É expressamente proibida a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções e instituições privadas de saúde que tenham fins lucrativos.

ART. 73° - Ao Município, no âmbito do sistema de saúde, cabe toda a iniciativa no sentido de implantá-lo, organizá-lo, isso através de lei complementar.

Parágrafo único. – O Município poderá depender de até 10% (dez por cento) com a saúde.

SUBSEÇÃO II DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ART.74° - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com recursos do Município, do Estado e da União, com o objetivo de:

I – A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – O amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III – A promoção e integração das pessoas no mercado de trabalho;

IV – A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção delas na vida produtiva e social da comunidade;

V – Em todos os trabalhos de cunho promocional e assistencial haverá a participação das entidades representativas dos diversos segmentos sociais.

SEÇÃO III DA EDUCAÇÃO

ART. 75° - A educação, direito de todos e dever constitucional do Estado, deverá ser distribuída essa obrigação da seguinte maneira:

I – primária responsabilidade do Município;

II – secundária de responsabilidade do Estado;

III – superior de responsabilidade da União.

ART. 76° - A comunidade deverá participar com vistas a que se obtenha com mais facilidade a plena realização da pessoa humana de suas potencialidades de talento

ART. 77° - O ensino público municipal será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;

IV – gratuidade do ensino público nas escolas mantidas pelo Município;

V – valorização dos profissionais do ensino, assegurando, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público municipal, com uma política salarial justa e avançada, e ingresso exclusivamente através de concurso público de provas e títulos, garantindo regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município, nos termos desta LEI ORGÂNICA.

VI – gestão democrática do ensino público, por meio de conselhos escolares, com representação da comunidade interna e externa à escola, na forma de lei;

VII – eleição direta dos diretores de escolas municipais, na forma da lei;

VIII – assegurar bom padrão de ensino nas escolas mantidas pelo Município.

ART. 78° - O dever do Município com a educação será efetivada através da garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram oportunidade na idade adequada;

II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de ensino;

III – atendimento:

a) – em creches, para criança de zero a três anos;

b) – em pré-escola, para crianças de quatro a seis anos;

IV – oferta de ensino gratuito noturno regular, adequado ao educando;

V – atendimento ao educando, no ensino fundamental, com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 1° - O acesso ao ensino obrigatório é direito público subjetivo.

§ 2° - O não-oferecimento de ensino obrigatório pelo Poder Público Municipal, ou sua oferta irregular, implica em responsabilidade da autoridade competente.

§ 3° - Compete ao Poder Público Municipal:

I – recensear, anualmente, os educandos no ensino fundamental e fazer-lhes a chamada;

II – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência e permanência do educando na escola.

ART. 79° - As empresas locais são obrigadas a acatar o que estabelece o inciso XXV do caput do artigo 7° da Constituição Federal, mantendo creches e pré-escolas para os filhos ou dependentes de seus empregados.

Parágrafo único. – Poderá o Município, também adotar convênio com as empresas de que trata o artigo anterior com vistas ao cumprimento do dispositivo constitucional.

ART. 80° - As escolas públicas municipais assegurarão respeito aos valores culturais e artísticos do povo

Parágrafo único. – O ensino religioso é facultativo, assegurando-se sua adoção na rede municipal de ensino de forma democrática e pluralista.

ART. 81° - O município atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Parágrafo único. – O Município implantará, na forma da lei, o sistema de escolas com tempo integral.

ART. 82° - O Município aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento de ensino, observando o que reza o artigo anterior, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de:

I – impostos municipais;

II – transferências recebidas do Estado e da União.

ART. 83° - A lei instituirá o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, assegurando o princípio democrático em sua composição, respeitadas as diretrizes e bases estabelecidas pela União, competindo-lhe:

I – baixar normas disciplinadoras do sistema municipal de ensino;

II – manifestar-se sobre a política municipal de ensino;

III – exercer as competências que lhe forem delegadas pelo órgão normativo do sistema estadual de ensino.

ART. 84° – A lei estabelecerá o plano Municipal de educação, de período plurianual, em consonância com os planos Nacional e Estadual, visando ao desenvolvimento do ensino que conduza o Município, em articulação com a União e o Estado, a promover nos limites de sua circunscrição territorial:

I – a erradicação do analfabetismo;

II – melhoria da qualidade do ensino público fundamental, inclusive para jovens e adultos trabalhadores;

III – a realização humana, científica, tecnológica e profissional de seus cidadãos.

SEÇÃO IV DA CULTURA

ART. 85 – O Município proporcionará a todos seus habitantes, na medida de suas possibilidades, pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes da cultura.

ART. 86° - O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, organizado e regulamentado por lei, deverá contar com a participação ativa e efetiva de categorias envolvidas com a produção cultural de um modo em geral.

SEÇÃO V DO DESPORTO E DO LAZER

ART. 87° - O Município fometará práticas esportivas que tenham tradições populares, observados:

I – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional, especialmente nas escolas municipais;

II – colocar em primeiríssimo plano o esporte amador;

III – apoiar os esportes de massas;

IV – criar, manter e descentralizar as instalações e equipamentos desportivos.

ART. 88° - O Município incentivará a prática do lazer, como forma integração e promoção social.

SEÇÃO VI DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

ART. 89° - O Município promoverá e incentivará o avanço científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, objetivando alcançar:

I – o bem-estar social;

II – a elevação do padrão de vida da população municipal;

III – modernizar, permanentemente, o seu sistema produtivo local.

SEÇÃO VI DA HABITAÇÃO E DO SANEAMENTO BÁSICO

ART. 90° - O Município realizará uma política habitacional em colaboração e integração com a União e o Estado, com o que diz respeito às câmaras de baixa renda desta municipalidade, estabelecendo as seguintes metas a atingir:

I – oferta de lotes urbanizados;

II – incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;

III – dar prioridades às famílias carentes;

IV – criar programas habitacionais pelo sistema de mutirões para construção de casas populares;

V – assegurar projeto-padrão para moradia popular;

VI – oferecer incentivos públicos municipais para as empresas que se comprometem conceder moradias para parcela de seus empregados.

Parágrafo único. – A lei instituirá fundo para financiamento da política de habitação do Município, com a participação deste, dos interessados e empresas locais.

SEÇÃO VIII DO MEIO AMBIENTE

ART. 91° - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Município, e à comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

ART. 92° - O sistema municipal de defesa do meio ambiente, na forma da lei, encarregar-se-á de elaboração e execução da política local de preservação ambiental.

Parágrafo Único. – Fazem parte do sistema a que se refere o caput deste artigo:

I – órgão público, localizado neste Município, relacionado ao este setor;

II – Conselho Municipal do Meio Ambiente;

III – entidades locais comprometidas com a proteção ao meio ambiente.

ART. 93° - O Município participará na elaboração e implantação de programas de interesse coletivo que visem à defesa dos recursos naturais renováveis e à saúde ambiental.

SEÇÃO IX DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

ART. 94° - A família receberá proteção do Município numa ação conjunta com a União e o Estado.

Parágrafo Único. – Com amparo nos princípios da dignidade humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, cabendo ao Município proporcionar meios educacionais com vistas ao pleno exercício desse direito, proibida qualquer forma coercitiva por parte das instituições públicas municipais.

ART. 95° - O Município, na medida de suas possibilidades, associado à União, o Estado e a sociedade, terá de garantir à criança e ao adolescente os direitos contidos no caput do artigo 227° da Constituição Federal.

§ 1° - Os programas de assistência integral à saúde da criança incluirão, em seus objetivos, a assistência materno-infantil.

§ 2° - No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em conta o disposto no artigo 71° desta Lei Orgânica.

§ 3° - O Município não concederá incentivos nem benefícios a empresas e entidades privadas que obstaculem o acesso do trabalhador adolescente à escola.

§ 4° - A lei criará normas de construção dos logradouros e dos imóveis de uso público e tipo de transporte coletivo, para garantir acesso fácil às pessoas portadoras de deficiência.

ART. 96° - O Município, em associação com o Estado e a União, a sociedade e a família têm o dever de amparar as pessoas idosas.

§ 1° - Os programas de amparo aos idosos serão realizados preferencialmente em seus lares.

§ 2° - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantido o direito de gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

ART. 97° - Será criado, para assegurar a efetiva participação da comunidade, nas questões constantes desta seção, o CONSELHO MUNICIPAL DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E IDOSO.

SEÇÃO X DA DEFESA DO CIDADÃO

ART.98° - O Município assegurará, no seu território e nos limites de sua competência, os direitos fundamentais que a Constituição confere aos cidadãos e cidadãs brasileiros, especialmente:

I – isonomia ou igualdade perante a lei;

II- garantia de:

a) – proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

b) – reunião em locais abertos ao público.

III – defesa do consumidor, na forma da lei, observado o que dispõe esta LEI ORGÂNICA;

IV – garantia do direito de:

a) – peticionar aos órgãos da administração pública em defesa de conquistas sociais e políticas e esclarecimento de fatos de interesse pessoal;

b) – obter certidões em repartições públicas municipais, para assegurar direitos contra ilegalidades ou abuso de poder;

c) – obter informações junto aos órgãos públicos municipais.

§ 1° - Independendo de pagamento de taxa ou de emolumento o uso dos direitos a que se referem às alíneas do inciso IV do caput deste artigo.

§ 2° - por litigar com o poder público, nenhum cidadão ou cidadã, poderá sob qualquer forma ser prejudicada.

§ 3° - Nos processos administrativos, observar-se- ao a publicidade, o contraditório, a defesa ampla e o despacho ou decisão motivadas.

§ 4° - É passível de punição, nos termos da lei, o servidor público municipal que, no desempenho de suas atribuições e independentemente das funções que exerça, violar direitos constitucionais do cidadão.

TÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.99° - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes deste Município, voltada para a realização do bem-estar coletivo e a construção de sociedade democrática, fraterna, solidária e justa, comportar-se-á de acordo com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da transparência publicitária, e, ainda obedecerá à seguinte norma:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas de títulos, ressalvadas as

nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre escolha, nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas de títulos será preferencialmente convocado sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, de preferência, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissionais, conforme a lei estabelece;

VI – é garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical, sendo proibidas ao poder público a interferência e a intervenção na organização dos seus servidores;

VII – é assegurado o direito de greve, competindo aos servidores públicos municipais decidir do direito de exercê-lo, nos termos definidos em lei complementar federal;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, estabelecendo critérios para seu aproveitamento;

IX – a lei indicará os casos de contratações por tempo determinado, a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, satisfeito as seguintes exigências:

a) – realizar teste seletivo, com ressalvas dos casos de calamidade pública;

b) – contrato improrrogável com prazo máximo de um ano, proibida a recontração;

X – a revisão geral e a reposição da remuneração dos servidores públicos municipais e a concessão de aumento real, far-se-ão sempre na mesma data sem distinção de índices;

XI – a lei fixará o limite e a relação de valores entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos municipais, observado, como limite, o valor percebido como subsídios, em espécie, pelo prefeito;

XII – os vencimentos dos cargos do poder Legislativo não poderão ser superior aos pagos pelo poder Executivo

XIII – os vencimentos dos servidores públicos municipais são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os incisos XI e XII deste artigo e os artigos 150º, II, 153º, III, e 153º, § 2º, I, da Constituição Federal;

XIV – é vedada a anulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) – a de dois cargos de professor;

b) – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) – a de dois cargos privativos de médico.

XV – a proibição de acumular, estendesse à administração direta e indireta, autarquias e fundações:

XVI – só por lei, cria-se- à empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação pública, bem como subsidiárias delas e participação das mesmas em empresas privadas;

XVII – ressalvadas as exceções legais, todos os contratos de obras, serviços, etc., neste Município, serão feitas através de licitações, a qual permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica com vistas a garantir o interesse coletivo;

XVIII – além das exigências acima mencionadas também, dever-se-á incluir, obrigatoriamente, o preço máximo a ser aceito;

XIX – é proibida a publicidade dos atos e fatos da administração como propaganda pessoal, podendo-se fazer para informar e esclarecer a comunidade;

XX – os atos de improbidade administrativa, implicam em suspensão de direitos políticos, sendo punidos de acordo com a legislação que rege a matéria;

XXI – a sonegação e o fornecimento incompleto, incorreto ou a demora, por mais de 15 dias, na prestação de informações públicas importam em responsabilidade, com punição na forma da lei;

XXII – os vencimentos dos servidores públicos municipais devem ser pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se seus valores, quando esse prazo for ultrapassado.

XXIII – a empresa pública e a sociedade de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico próprio das privadas, incluindo-se as obrigações trabalhistas e tributárias.

ART. 100° – Ao servidor público em exercício de mandato eletivo, aplicam-se às disposições do artigo 38° da Constituição Federal.

ART. 101° - Nenhum servidor público Municipal poderá ser proprietário, diretor ou integrar conselhos de fornecedora ou eu realize qualquer modalidade de contrato com o Município, salvo quando o contrato obedecer à cláusula uniforme.

§ 1° - É passivo de demissão, cumpridas as formalidades legais, o servidor que não cumprir o disposto neste caput deste artigo;

§ 2° - Aplica-se ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, a proibição contida neste artigo.

ART. 102° - É vedada a delegação de poderes ao Executivo para criação, extinção ou transformação de entidade de sua administração indireta.

ART. 103° - Lei municipal, observada as normas gerais estabelecidas pela União, disciplinará o processo de licitação obrigatória para a contratação de obra, serviço, compra alienação e concessão.

Parágrafo Único. – Nas licitações, serão observados sob pena de nulidade, os princípios de igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculando ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

ART. 104° - Ao Município é vedado realizar contratos com empresas que, comprovadamente, desrespeitem normas de segurança, de saúde, de higiene e de defesa e preservação do meio ambiente.

Parágrafo Único. – Às empresas que cometerem a infração prevista neste artigo, aplica-se a sanção prevista no inciso IX do artigo 8° desta Lei Orgânica.

ART. – 105° - Os concursos públicos para preenchimento de cargos, empregos ou funções na administração municipal obedecerão na sua aplicação, os critérios que se seguem:

I – realização posterior a trinta dias do encerramento das inscrições, as quais deverão estar abertas por, pelo menos vinte dias úteis;

II – ampla divulgação de suas normas;

III – adequação das provas à função dos cargos a serem preenchidos;

IV – indicação pelos inscritos de, pelo menos, um representante para acompanhar as diversas fases do concurso público, até a proclamação do resultado final;

V – direito do inscrito à revisão de prova, mediante solicitação ou requerimento devidamente fundamentado.

ART.106° - Assegurar-se-á a participação prioritária dos servidores municipais em:

I – órgão de direção de entidade responsável pela previdência e assistência social da categoria;

II – gerência de fundos e demais entidades para as quais contribuam.

CAPÍTULO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

ART. 107° - O Município instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta das fundações públicas.

§ 1° - O regime único, definido com base no que dispõe os artigos 37°, 38°, 39°, 40° e 41° da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica, e os planos de carreira do servidor público municipal obedecerão aos seguintes objetivos:

I – valorização e dignificação da função pública e do servidor público.

II – profissionalizar e aperfeiçoar o servidor público municipal;

III – formar quadros dirigentes na administração pública municipal;

IV – implantar um sistema de avaliação de matéria com vistas à promoção e ascensão;

V – estabelecer remuneração justa e adequada à função exercida;

VI – tratamento uniforme aos servidores públicos, com referência à concessão de índices de reajuste, outros tratamentos remuneratórios e ajuizamento da capacidade técnica-profissional, bem como progressão de carreiras.

§ 2° - adotar o princípio da paridade de vencimentos entre servidores de ambos os poderes municipais, quando em cargos equivalentes, tendo por base o poder Executivo, ressaltando-se as vantagens de caráter individual e as de natureza ou de local de trabalho.

ART. 108° - São direitos dos servidores públicos municipais, entre outros:

I – vencimento ou provento não inferior ao salário mínimo;

II – irredutibilidade de vencimento, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – garantia de vencimento nunca inferior ao salário mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV – 13° vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – remuneração do trabalho noturno superior a do diurno;

VI – salário-família aos dependentes;

VII – duração da jornada normal de trabalho não superior a oito horas e a quarenta e quatro horas semanais, facultadas a compensação de horário e redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VIII – repouso semanal remunerado;

IX – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

X – gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal;

XI – licença a gestante, sem prejuízo do cargo e dos vencimentos e com duração de cento e vinte dias;

XII – licença-paternidade, nos termos fixados em lei federal;

XIII – proteção ao mercado de trabalho da mulher, por meio de incentivo específico, nos termos da lei;

XIV – redução dos riscos inerentes ao trabalho por via de normas de saúde, higiene e segurança;

XV – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
XVI – proibição de diferença de vencimentos de exercício de funções e de critérios da admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
XVII – adicionais por tempo de serviços, na forma que a lei determinar;
XVIII – licença especial de três meses, por quinquênio de efetivo exercício, com vencimentos integrais, admitidas:
a) – a conversão da licença em espécie ou;
b) – contagem em dobro do período da licença, para todos os efeitos legais, caso o servidor não queira gozar o benefício;
XIX – assistência e previdência sociais, extensiva aos dependentes e ao cônjuge;
XX – creches para os filhos de zero a seis anos de idade;
XX – promoção, observando-se rigorosamente os critérios de antiguidade e de merecimento.

ART. 109° - O servidor público municipal será aposentado:

I – por invalidez permanente, tendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) – aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) – aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco se professora, com proventos integrais;

c) – aos trinta de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo de serviço;

d) – aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

§ 1° - A lei disporá sobre aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 2° - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, computando-se o tempo de serviço prestado ao Município, para os demais efeitos legais.

§ 3° - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou classificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 4° - O benefício da pensão por morte correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos da servidora ou servidor falecido, até o limite estabelecido em lei nos termos do artigo anterior.

§ 5° - É assegurada, para efeito da aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, nos termos do artigo 202° da Constituição Federal.

ART. 110° - São estáveis, aos dois anos de efetivo exercício, os servidores municipais nomeados em virtude de concurso público.

§ 1° - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude da sentença judicial transitada em julgado ou através de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua necessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

ART. 111º - Ao servidor público municipal eleito para cargo de direção sindical é assegurado todos os direitos inerentes ao cargo, a partir do registro da candidatura e até um ano após o término do mandato ainda que em condição de suplente, salvo se ocorrer demissão nos termos da lei.

§ 1º - São assegurados os mesmos direitos, até um ano após a eleição, aos candidatos eleitos.

§ 2º - É facultado ao servidor público, eleito para direção do sindicato, o afastamento do seu cargo, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional, na forma que a lei estabelecer.

ART. 112º - É vedada a contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos.

ART. 113º - O Município promoverá o bem-estar social e profissional dos seus servidores, extensivamente a seus familiares, garantindo para tal finalidade:

- I – previdência e assistência sociais;
- II – assistência médico-hospitalar, odontológica e laboratorial gratuita;
- III – programas que visem à higiene, à segurança e à prevenção de acidentes nos locais de trabalho;
- IV – cursos de aperfeiçoamento profissional, conferências, seminários e congressos, comprometendo-se o servidor municipal:
 - a) – permanecer no cargo até três anos após ter participado de curso de aperfeiçoamento;
 - b) – ressacir os cofres públicos, caso se exonere, não cumprindo o que preceitua a alínea anterior;

Parágrafo único. - A lei estabelecerá o sistema de previdência e assistência sociais dos servidores municipais, observadas as leis que regem a matéria.

ART. 114º - A acessão de servidores públicos municipais a empresa ou entidade públicas ou privadas, salvo os órgãos do mesmo poder ou entre poderes do Município, comprovada a necessidade, ou para o exercício de cargos de confiança, será definida em lei.

CAPÍTULO III DAS PETIÇÕES E DAS CERTIDÕES

ART. 115º - Os órgãos públicos municipais sem distinção, são obrigados a fornecer informações aos munícipes, quando isso for de seu interesse ou da comunidade.

ART. 116º - É garantido, independentemente de pagamento de taxas ou de tarifas:

- I – o direito de petição aos poderes públicos municipais em defesa de franquias constitucionais ou contra o abuso de poder;

II – obter certidões em repartições públicas municipais, no prazo máximo de quinze dias para assegurar direitos e esclarecer fatos de interesse individual.

CAPÍTULO IV DOS BENS, DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I DOS BENS MUNICIPAIS

ART.116° - Formam o patrimônio público municipal:

- I – os seus bens móveis e imóveis;
- II – os seus direitos e ações;
- III – os rendimentos auferidos de seus serviços;

ART. 117° - LEI COMPLEMENTAR determinará os critérios, observado o que dispõe este artigo, a respeito de:

- I – a defesa e a preservação do patrimônio municipal;
- II – a aquisição de bem imóvel;
- III – a venda ou alienação de bens do município;
- IV – o uso por terceiros do patrimônio municipal.

§ 1° - O que dispõe os incisos II e IV do presente artigo só serão aplicados na hipótese exclusiva de atender a alto interesse público.

§ 2° - A compra de bem imóvel, a preço alto, dependerá, antes de tudo, de avaliação prévia, autorização legislativa e licitação, dispensada esta nos casos de permuta e doação.

§ 3° - O uso de patrimônio municipal por terceiros será objeto, na forma da lei complementar, de:

- I- concessão, através de contrato de direito público, remunerada ou gratuita, ou a título de direito real;
- II – permissão;
- III – autorização.

§ 4° - a afetação e a desafetação de bens do Município dependerão da lei.

ART. 118° - Os do patrimônio municipal, obrigatoriamente, serão cadastrados, preservados e identificados.

Parágrafo único. – Anualmente, deve ser renovado o cadastro, atualizando-o com novas informações.

SEÇÃO III DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

ART.119° - Cabe ao Município, na forma de lei, a prestação de serviços públicos à comunidade sob a responsabilidade direta da sua ação técnico-administrativa, impondo-se os seguintes requisitos:

- I – ser econômico, eficiente, seguro e permanente;
- II – aplicar um sistema de tarifa justa;
- III – defender as prerrogativas dos munícipes;
- IV – manter um serviço adequado.

§ 1° - Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sujeitos à regulamentação e fiscalização pelo Poder Público Municipal;

§ 2° - Na hipótese de calamidade pública, o governo da municipalidade, transitoriamente, assumir todos os serviços públicos, inclusive sob permissão ou concessão, respondendo pelos danos a que venha causar e indenizando-os.

ART. 120° - O Município combaterá o uso do poder econômico, isso sob todas as suas formas.

ART. 121° - O Município revogará contratos de permissão ou de concessão, na hipótese de:

- I – violar a letra e espírito do contrato celebrado;
- II – contrariar o interesse comunitário.

CAPÍTULO V DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART.122° - O planejamento municipal objetiva, entre outras coisas:

- I – exonerar os anseios do povo, contando com sua ativa e efetiva participação política;
- II – integrar povo, Legislativo e Executivo, quando das decisões governamentais.

ART.123° - Formam a base da pirâmide do planejamento municipal:

- I – o plano diretor e a legislação correlata;
- II – o plano plurianual;
- III – a lei de diretrizes do orçamento;
- IV – a lei orçamentária anual, englobando:
 - a) – orçamento fiscal;
 - b) – orçamento de investimentos;
 - c) – orçamento da seguridade social.

Parágrafo único. – Incorporam-se ao planejamento municipal todos os empreendimentos setoriais do governo.

ART. 124° - Fica assegurada a participação do povo, nos termos da lei, na formulação do planejamento e no acompanhamento e avaliação dos resultados, quando da extinção.

§ 1° - A participação da comunidade no planejamento municipal efetivar-se-á e integrar-se-á através de entidades representativas dos diversos seguimentos sociais organizados.

§ 2° - O Município acatará e prestigiará a constituição de colegiados com vistas à aplicação de uma política participativa e democratizante.

ART. 125° - Fica obrigado o Prefeito a enviar os estatutos do magistério e do funcionalismo público municipal, a partir da vigência da presente lei, no prazo máximo de um ano.

ART. 126° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de abril de 1990.

ART. 127° - revogam-se as disposições em contrário.

SALA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA
CONSTITUINTE MUNICIPAL, em 05 de abril de 1990.

JUACI CORDEIRO DE SOUZA
Presidente do Poder Legislativo

JOSÉ CORDEIRO DE OLIVEIRA
Vice-Presidente do Poder Legislativo

PEDRO LEMOS DA COSTA
Vereador

GABRIEL CORDEIRO DE OLIVEIRA
Vereador

JOSEFA RODRIGUES DE SOUZA
Vereador

COSME PEREIRA DE VASCONCELOS
Vereador

LOURIVAL ALVES DE LIMA
Vereador

JOSÉ BARBOZA DE SOUZA
Vereador

JOSÉ EUSTÁQUIO
Vereador

JANÚNCIO BATISTA DA COSTA
Prefeito Constitucional

JOSÉ JESUÍNO FILHO
Vice-Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÍ
GABINETE DO PREFEITO

